

PROCESSO N.º 17.595-1/2008
INTERESSADO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO CONSULTA – PAGAMENTO DE ADICIONAL POR
TEMPO DE SERVIÇO
RELATOR CONSELHEIRO HUMBERTO BOSAIPO

RELATÓRIO

Trata de consulta formulada pela Procuradoria Geral de Justiça, formalizada pelo seu Procurador-Geral, Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado.

Questiona sobre a possibilidade de pagamento da diferença devida a título de Adicional por Tempo de Serviço – ATS, no período de janeiro a setembro de 2006, sem a observância do teto constitucional. Carreou os documentos de fls. 05 a 19-TC.

Com vista dos autos a Procuradoria Consultiva emitiu parecer contrário de fls. 21 a 32-TC.

Por seu turno o douto representante do ministério público manifestou por meio do parecer nº 4004/2008, no sentido de responder a consulta no sentido de ser permitida o pagamento conforme decisão do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório.